

- XCII -

PROGRAMA DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA: DA POLÍTICA À IMPLEMENTAÇÃO NA CIDADE DE ANÁPOLIS

Tatiane Custódio da Silva Batista
SEMED/Anápolis
tatiane_custodio_silva@hotmail.com

Maria Aparecida Rodrigues Fonseca
SEMED/Anápolis e UFG/GO
cidafonseca.rodrigues@gmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil, a inserção de políticas públicas para tecnologias digitais na educação é marcada entre o final de 1970 e início de 1980, com a elaboração do Projeto Brasileiro de Informática na Educação (Educom), como primeiro projeto público a tratar da informática educacional, tendo a proposta de levar computadores às escolas públicas brasileiras e estimular o desenvolvimento da pesquisa multidisciplinar com vistas à aplicação das tecnologias de informática no processo de ensino-aprendizagem (ECHALAR E LIMA, 2018, p. 6). Princípios que se delongam e permanecem, com outras roupagens ou não na atualidade.

Ante a realidade e defesa de utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) nas diferentes esferas da sociedade e a ampla força para inclusão deste uso também no ambiente escolar é necessário refletir sobre iniciativas e políticas públicas nos diversos âmbitos da educação pública brasileira. Para tanto, o presente texto tem como objetivo relacionar o processo de formulação do Programa de Inovação Educação Conectada, a partir dos marcos legais e a implementação do mesmo no município de Anápolis. Desse modo, o trabalho consiste em uma análise documental e estudo comparativo do proposto para prática atualmente no município pesquisado, observando desafios enfrentados pela rede na utilização crítica das tecnologias. Os principais documentos

orientadores deste estudo são o Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017 e o documento apresentado como direcionador do Conceito do Programa.

EDUCAÇÃO, INOVAÇÃO E QUALIDADE: AVANÇOS E DESAFIOS

Atualmente palavras como qualidade, eficiência, inovação e competência são constantemente utilizadas nos discursos e nas pautas das políticas e projetos educacionais. Isentas de neutralidade se constituem em conceitos estratégicos que podem influir nas bases conceituais da educação. Silva (2018, p.55) destaca que “inovar significa levar em conta as particularidades dos principais sujeitos envolvidos e os objetivos que se quer atingir, e só a partir disso, buscar uma reflexão crítica que seja capaz de causar transformações, mudanças e melhoramentos na práxis docente”.

Deste modo é possível analisar o tema, sem perder de vista sua dimensão sociocultural, geradora de transformações, política, social e econômica, vinculadas ou não à tecnologia, todavia, constituindo o estudante como ser ativo e a educação como um processo de qualidade social. Corroborando com essa discussão, Dourado, Santos e Oliveira (2007) concebem qualidade como uma palavra polissêmica, complexa, abrangente, que envolve múltiplas dimensões.

No entanto, evidenciamos a propagação da tríade, inovação, qualidade e competência, em documentos educacionais, constituindo-se ao longo dos tempos em políticas e programas oficiais, assim como desafios conceituais postos, devido à ausência de neutralidade de tais concepções. Nessa vertente, apresentamos o Programa de Inovação Educação Conectada, sobre o qual propomos algumas análises.

PROGRAMA DE INOVAÇÃO EDUCAÇÃO CONECTADA

O programa foi instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017 e implementado a partir da Portaria nº 1.602, de 28 de dezembro de 2017, conta ainda com um documento que explicita seu conceito e ações, sendo direcionado por Diretrizes específicas.

Implementado a partir da adesão das redes e das escolas de educação básica, que são selecionadas pela secretaria municipal, o custeamento do programa será a partir de dotações orçamentárias da União e outras fontes de recursos, provenientes de entidades públicas e privadas.

Segundo o documento Conceito do Programa de Inovação Educação Conectada do MEC, este terá duração de 2017 a 2024, focando em professores e estudantes da rede pública, organizado em 4 dimensões: I - Visão: estímulo ao planejamento por estados e municípios da inovação e tecnologia. II - Formação: disponibilização de materiais e oferta de formação continuada. III - Recursos Educacionais Digitais: acesso e incentivo a aquisição e socialização dos mesmos. IV - Infraestrutura: apoio à aquisição de serviços e equipamentos para o uso da tecnologia e internet nas escolas públicas (BRASIL, 2017a). Afirma ainda que além da perspectiva de atendimento a meta 7 do PNE (2014-2024), este também considerou o texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com foco na 5ª competência, que estabelece sobre a utilização de tecnologias digitais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.

Nessa análise, cabe destacar alguns pontos presentes nas páginas 2 e 4 do documento. I - Atribui as ferramentas tecnológicas a responsabilidade pela eficácia dos processos administrativos, de forma a otimizar os recursos públicos. II- Confere o crescimento exponencial da qualidade da educação por meio da incorporação de tecnologia. III - Estabelece o potencial tecnológico à competência de gestores e professores. IV - Determina apoio ao desenvolvimento das competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS: ALGUMAS PERSPECTIVAS

A realização do Programa nos municípios se dá a partir da seleção de articuladores locais, responsáveis pelo processo de elaboração e implementação do Plano Local de Inovação. Em Anápolis, há quatro articuladoras, que, pós formação pensam o programa com vistas ao atendimento da realidade da rede.

As escolas selecionadas receberam verbas para instalação de internet banda larga (primeira fase do programa) e, em virtude da mudança de Governo e novos responsáveis federais, aguardam demais ações e etapas do programa. Mas o município continua o trabalho e aproveita os materiais já recebidos para avançar em estudos e uso pedagógico das tecnologias.

Em consonância com as demandas deste e demais programas aderidos, Anápolis adotou como tema anual para 2019 #inovaçãoocidadania. Para tanto, adota-se o tema inovação, considerando práticas inovadoras com ou sem o uso das tecnologias, relacionado

ao conhecimento de direitos e deveres, ações para o desenvolvimento sustentável, como conteúdos e conhecimentos para a transformação social.

CONSIDERAÇÕES

Ao concluirmos a análise proposta, percebemos nos documentos estudados a concepção de inovação e qualidade na vertente instrumental. Enfatizou-se a técnica pela técnica e no saber fazer, vinculando a inovação à tecnologia, constituindo a qualidade da educação a partir do resultado desta fusão. Evidencia-se também um retrocesso em relação à compreensão da tecnologia na educação, já que neste documento é exaltada como fim em si mesma e não como recursos a serem utilizados pelos sujeitos desse processo.

Em relação ao processo verificado na cidade de Anápolis, observamos a preocupação com a implementação crítica do programa, contudo o maior desafio se apresenta na tentativa dos articuladores para a formação dos demais professores, com vistas a vivências tecnológicas ou não, que faça sentido no processo de ensino e aprendizagem, já que as propostas do programa ora contempla conceito instrumental ora traz o discurso crítico. A provocação consiste, então, na utilização dos recursos e materiais oferecidos pelo programa, mas com o olhar crítico em face à qualidade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017*. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77511-decreto-n9-204-de-23-de-novembro-de-2017-pdf/file> Acesso em 04 fev. 2019.

BRASIL, *Conceito do Programa de Inovação Educação Conectada*, s/d. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77461-conceito-do-programa-de-inovacao-educacao-conectada-pdf&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 07 fev. 2019.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Cad. CEDES*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, agosto de 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200004&lng=en&nrm=iso>. acesso em 10 de fevereiro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>.

ECHALAR, Jhonny David, LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira. Um panorama das pesquisas sobre políticas públicas para a inserção de tecnologias digitais na educação.

Revista Imagens da Educação, v. 8, n. 1, e40283, 2018. Disponível em:
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/viewFile/40283/pdf>
Acesso em: 07 fev. 2019.

SILVA, Elen Grasielle Cavalcante Da. *Pedagogia Inovadora e suas Possíveis Contribuições na Aprendizagem do Aluno com TDAH* 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Goiás UFG-FE, Goiânia, 2018.